



4998 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT12 - Currículo

Base/Comum/Nacional: A busca pela universalização na BNCC
Camila Costa Gigante - UERJ - PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Phelipe Florez Rodrigues - UERJ - PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

BASE/COMUM/NACIONAL: A BUSCA PELA UNIVERSALIZAÇÃO NA BNCC

RESUMO

Partimos de uma investigação sobre a universalização do currículo defendida pela projeção de discursos que balizam a política da BNCC. Propomos uma análise a partir de contribuições da Teoria do Discurso (LACLAU, 2011; LACLAU; MOUFFE, 2015) com vistas a pensar a relação entre universalidade e particularidade necessária a toda luta política, bem como a construção de processos metafóricos e metonímicos (LACLAU, 2011) potentes para sua compreensão, problematizando o que está sendo considerado como aspectos nacionais e básicos necessários a todos os currículos do Brasil. Defendemos que competências pré-determinadas em nível nacional podem constranger a construção do conhecimento enquanto produção discursiva e que uma projeção de totalidade deve ser relativizada e compreendida como fluida. Assim, defendemos que não é possível pensar, de maneira fixa, os elementos que permeiam o processo de ensino e aprendizagem. Pensar que significantes como “base”, “nacional” e “comum”, bem como toda tradição que eles projetam, seja produtivo para refletir uma política curricular em caráter nacional é a perspectiva que pretendemos nos afastar.

Palavras-chave: BNCC; Universalismo e Particularismo; Metáfora e Metonímia; Política.

Introdução

A Base Nacional Comum Curricular é a atual política de nível nacional pensada, em caráter normativo, na aposta da defesa de um conjunto de aprendizagens consideradas essenciais para todos os alunos, devendo ser desenvolvidas ao longo das etapas da Educação Básica (BRASIL, 2017, p.9). Pretende ser considerada uma aposta na igualdade, ao passo que defende a ideia de aprendizagens comuns servindo como alicerce para toda Educação Básica brasileira.

Pertencimento em relação a um ideário nacional diz respeito a um sentimento de alteridade e auto-reconhecimento diante de algo. Trata-se de algo subjetivo – permeado por sentimentos humanos – que, no entanto, se articula com discursos políticos potentes, que nesta política curricular podem ser enfocadas através das significações de “base”, “comum” e “nacional”. Ponderamos aqui algumas questões para serem pensadas ao longo deste estudo: uma ideia de nação contemplaria a percepção de todos os indivíduos? Quando uma política se enrijece em uma ideia de nacional comum, o que se exclui? Cabe-nos, assim, refletir se essa ideia de igualdade, como é apresentada na política, é potente para pensar a construção do sujeito nas políticas de currículo, bem como se a defesa de uma base nacional abarcaria todos os alunos envolvidos no processo de escolarização.

O objetivo deste estudo parte de uma investigação sobre a universalização do currículo, apontada pelos idealizadores desta política curricular como meio de auxílio para a superação da fragmentação das políticas educacionais, através de um possível fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo, servindo como balizadora para um projeto de ampliação da qualidade da educação. (BRASIL, 2017, p. 8)

Propomos, neste estudo, uma análise a partir de certas contribuições da Teoria do Discurso, desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (LACLAU, 2011; LACLAU; MOUFFE, 2015), com vistas a problematizar a produção do conhecimento para além de simples conteúdos a serem transmitidos ou competências padronizadas a serem elencadas e desenvolvidas, pensando na questão da identidade como processual, permeada e produzida pelo contexto e, portanto, fluida e contingente.

Defendemos que pensar na relação entre universalidade e particularidade, bem como na construção dos processos metafóricos e metonímicos (LACLAU, 2011), pode ser potente para compreendermos a luta política da BNCC, problematizando o que está sendo considerado como aspectos nacionais e básicos necessários a todos os currículos do Brasil.

BNCC como tentativa de posta em prática do universal: a construção da hegemonia

A noção de hegemonia, tão cara à compreensão da Teoria do Discurso, passa a ser relevante para compreendermos a construção da categorização de uma base nacional comum para a política brasileira. Essa padronização curricular estaria sendo compreendida, pelos idealizadores da política em questão, como um meio de garantia de direitos e aprendizagens para todos os alunos no contexto brasileiro. Assim, as representações de “base”, “nacional” e “comum” passam a serem vistas como balizadoras de um discurso de igualdade da educação.

Em uma perspectiva pós-estruturalista, que envolve este estudo, essa aposta na igualdade é compreendida como silenciadora das diferenças. Uma política curricular, do ponto de vista hegemônico, não pode ser pensada como um sistema único, fechado de uma vez por todas. A ideia de hegemonia como negociável e um caráter incompleto do social (LACLAU; MOUFFE, 2015) nos permite compreender que sua produção ocorre em um campo permeado por distintas práticas articulatórias. (*Ibidem*, p. 213)

Como uma teoria pós-fundacionalista da política, o intento intelectual do autor é demonstrar que qualquer fundamento político ou de teoria política será sempre provisório e dependente das condições efetivas de sua inscrição. É nesse sentido que a noção de hegemonia ganha centralidade na perspectiva Laclau, pois esse conceito tem a capacidade de, ao mesmo tempo, ser uma importante ferramenta de análise do social e também de prescrição normativa, uma vez que tal noção pressupõe justamente a constante instabilidade das relações políticas concretas (no plano ôntico) e das sempre precárias tentativas de normatizar a “boa política”. (MENDONÇA, 2014, p. 137)

Dessa forma, passamos a problematizar a ideia dos significantes já expostos anteriormente, que compõem a nomeação da BNCC, bem como a ideia de padronização curricular apresentada como produtiva para a garantia da igualdade, enquanto dificultadoras de pensar a produção de um currículo que respeite as diferenças.

A lógica da totalidade, que permeia essa política, pretende produzir um discurso de ideário universalizante, que se apresenta como um universal nacional anteposto, necessário à compreensão curricular. Interessa-nos, em contrapartida, desconstruir essa lógica forjada de totalidade fechada, bem como o entendimento de localidade autônoma na produção curricular, apresentada pela construção de um lastro universal.

Para que possamos compreender a política como acontecimento, baseados em Derrida (2013), devemos apostar em um esvaziamento da lógica educacional imposta, compreendida muitas vezes como vertical. Essa produção deve ser compreendida para além da relação *top-down* (BALL; MAINARDES, 2011), em que o governo seria responsável por produzi-la e as escolas por implementá-la, sem que o contexto não interferisse nesse processo, e que atores sociais também não circulassem em diferentes contextos de produção.

Neste estudo, o que mobiliza nossa leitura acerca da totalidade é a sua impossibilidade concomitante à sua busca incessante. A tentativa de forjar um discurso unitário universalizante, incontestável, permeado pela pretensão do silenciamento de diferenças, se configura como um discurso com viés colonizador, que passa a se deparar com um cotidiano caótico e emergente do que se pretende apagar: a diferença.

Com essa problematização do silenciamento das diferenças, passamos a pensar, com contribuições de Ernesto Laclau, na relação entre universalismo e particularismo. Historicamente, para Laclau (2011), essa relação tem sido pensada, do ponto de vista da filosofia antiga, considerando uma incontaminação de uma linha divisória entre o universalismo e o particularismo, em que o particular só pode corromper o universal ou ser eliminado, tornando-se um meio transparente pelo qual o universal possa operar. Entretanto, o autor (p. 50) defende que essa linha não existe, é turva, e acreditamos que ambos se contaminam mutuamente a partir de suas relações, não sendo possível operar com uma total transparência (delimitação) entre elas. Ao apostarmos em uma ideia de base nacional comum, podemos analisar que a projeção de universal é tramada na tentativa de garantir, através da igualdade, os direitos dos alunos.

Para Laclau (*Ibidem*, p. 4), a brecha entre o particular e o universal é irreparável. O universal nada mais é do que um particular que se tornou dominante em algum momento, e que não há possibilidade de alcançar uma sociedade reconciliada. É, então, entendido como a impossibilidade da sociedade. Como não é possível afirmar uma identidade fora de um contexto - e, ao se destruir um contexto, destrói-se também a identidade de um sujeito específico -, o universal é compreendido como uma identidade de falta, ou seja, como uma impossibilidade de totalização de sentidos, sendo buscada através da relação com outras identidades. Dessa forma, não é possível construir identidades diferenciais permeadas em uma clausura total, sem considerar o contexto no qual essas identidades estão inseridas.

O universal não possui essência, nem conteúdo próprio. Ele só é possível em sua relação com o particular, mas este último não assume esta representação plenamente, de uma vez por todas (LACLAU, 2011, p. 65). O universal sempre será sempre ocupado e desocupado, dessa forma, por alguma particularidade que em determinado momento passa a exercer poder em uma dada relação hegemônica, através de articulações que ocorrem em torno de um ponto nodal. (MENDONÇA, 2012)

Mendonça (2007) pontua que na perspectiva da Teoria do Discurso, a noção de hegemonia deve ser compreendida para além de uma simples caracterização de relações de ordem. Deve ser entendida como uma possibilidade de análise das políticas em contextos de ordem democrática, em que suas relações não estão claramente expostas, ou devidamente hegemônicas, tanto por sujeitos quanto por grupos sociais em disputa por diferentes significações. Não necessariamente essa possibilidade de análise servirá para descrever um determinado momento político compreendido como hegemônico, mas também pode nos ajudar a refletir quão ausente é a ordem de determinado momento, ou o desrespeito aos limites institucionais de determinados regimes políticos, dentre outras situações.

Para Laclau e Mouffe (2015), a hegemonia pode ser compreendida como um momento em que dada formação discursiva é pensada enquanto totalidade, afastando-se assim de uma ideia de estruturação econômica. Isso tornaria possível que uma identidade representasse outras diferentes identidades, todas produzidas na luta política, permeadas por relações articulatórias, e não previamente definidas.

Uma relação hegemônica teria, de acordo com essa perspectiva, uma dimensão universalista (*Ibidem*, p. 40), considerando-a um tipo particular de universalismo, por meio do qual uma particularidade assume a representação de uma universalidade, mas essa universalidade é compreendida como *contaminada* (p. 41), pois vive em conflito com sua relação com a particularidade e sua função de universalidade hegemônica não é definitiva, é sempre reversível.

A hegemonia seria pensada, assim, como um momento em que uma identidade representaria diferentes identidades, de forma contingente, sendo a intenção do estabelecimento de determinada ordem para a política. Para Laclau: “numa sociedade que passa por uma profunda desorganização social, a ‘ordem’ pode ser vista como a inversão positiva de uma situação de anomia generalizada” (LACLAU, 2002, p. 122 *apud* MENDONÇA, 2007).

Ao buscar compreender a construção de uma prática hegemônica, é preciso ponderar, novamente, a incompletude do social. Essa característica é defendida como uma condição para qualquer prática hegemônica, que se constituiria em um terreno indecidível, não por conta de uma ausência de decisão ou tentativa de desresponsabilização, mas devido ao caráter contingente e precário da formação discursiva que permeia o social.

Essa incompletude nos possibilita compreender como impossível a existência de um único discurso, de uma fixação definitiva, como uma única possibilidade de base nacional comum. Essa necessidade de estabilidade do social é fadada ao fracasso, porque é uma construção instável e possível de ser questionada como representação única. As verdades, que antes eram compreendidas como naturalizadas, passam a ser problematizadas como precárias, marcadas por sedimentações discursivas.

Para Laclau (2011, p. 41), devemos possibilitar interações entre o particularismo e o universalismo, que são lógicas ao mesmo tempo incompatíveis e articuladas, para que seja possível certa produtividade política. Dessa forma, a particularidade tanto nega quanto necessita de totalidade, ou fundação. Concomitantemente, a totalidade é impossível, e ao mesmo tempo requisitada pelo particular. Ela está presente no particular como aquilo que se encontra ausente, como uma falta (aquilo que ao mesmo tempo permite a identificação do sujeito e a torna impossível de ser totalizada) constitutiva que obriga constantemente o particular a se tornar algo além dele mesmo, assumir um papel universal, mas precário e contingente.

É por isso que podemos ter uma política democrática: uma sucessão de identidades finitas e particulares que tentam assumir tarefas universais que as ultrapassam, mas que, em decorrência, nunca são capazes de ocultar inteiramente a distância entre tarefa e identidade - e podem sempre ser substituídas por grupos alternativos. Incompletude e provisoriidade permanecem à essência da democracia. (LACLAU, 2011, p. 42)

Esse esvaziamento de sentidos é o que permite a hegemonia, que não deve ser compreendida como algo negativo ou que de alguma maneira deforme o processo político. Ao contrário, concordando com Lopes (2012, p. 706): “não são a precisão e a clareza de propósitos que garantem a hegemonia, mas o caráter vago e um tanto fluido dos sentidos que produzem discursos”. Sendo assim, embora sempre tentemos definir a chegada a algum lugar, ele sempre será inalcançável, inatingível.

Defendemos assim que hegemonia pode ser entendida como uma possibilidade de compreender o desenvolvimento de uma articulação política em um contexto amplo. Isso remete a uma infinidade de identidades no jogo político que a princípio podem não ter relações entre si, mas estabelecem um tipo de relação - a articulatória -, para se fortalecerem contra inimigos em comum, compreendidas como relações antagônicas, que afetam diretamente sua existência, seja porque se opõem a ela, ou porque são necessárias para que elas possam continuar a existir e se constituírem enquanto tal. Nesse sentido, para além de uma relação de negatividade, marcada pelo antagonismo, há uma relação de constituição de identidade.

Cabe-nos trazer à discussão, neste estudo, que a ideia da BNCC, como é apresentada nos discursos que envolvem sua política, não dá visibilidade a essa construção hegemônica incessante, que deveria admitir que um universal é um particular que se hegemonizou. Acreditamos que ela simplesmente tenta instaurar uma lógica de universalismo, através da defesa de competências fixas como garantidoras de um discurso de igualdade da educação para a nação brasileira.

Dessa forma, pontuamos que a pura universalização é compreendida como prejudicial para a construção de políticas curriculares. Não estamos defendendo com isso que o puro particularismo é a via ideal para o respeito às diferenças. Pretendemos expor melhor nossos argumentos articulando as ideias de metáfora e metonímia no processo de construção da política como importantes para a prática articulatória de uma possibilidade de interpretação da BNCC.

Metáfora e metonímia: as figuras de linguagem que nos permitem pensar na relação entre universalismo e particularismo

É importante mencionarmos nosso entendimento de que a representação de contextos globais e locais, do ponto de vista do universalismo e particularismo anteriormente apresentado, não configuram um binarismo. Os discursos postos em disputa, e que flutuam em torno de uma ideia de universal, buscam representatividade nos contextos locais.

Buscamos enfatizar que operamos com a defesa de uma ideia de universal (que compreendemos que envolve a significação de “nacional” da BNCC) não faz referência a uma simples perspectiva xenofóbica de aversão a um indivíduo considerado estrangeiro. Este termo tem como intencionalidade neste estudo, segundo as contribuições da Teoria do Discurso, a reivindicação de uma significação parcialmente estabelecida em contextos mais amplos, produzindo semelhanças étnico-culturais entre indivíduos - o que possibilitaria, mesmo que provisoriamente, a construção da noção de povo e de território nacional.

Compreendemos que uma base que se pretende ser apresentada como comum, em escala nacional, objetiva concentrar seus esforços na busca por uma representatividade unívoca. Neste sentido, não importa o quão aberto possa ter sido o processo de elaboração do documento normativo, o que pensamos ser relevante é a problematização dessa ideia de construção da política, que enfatiza um processo que opera na lógica de periferização do local em detrimento de um nacional que se pretende colonizador.

Lidar com estas questões afastados de uma operação de demarcação do contexto como fixo e plenamente

constituído nos permitirá investigar a discussão da ideia de nacional considerando possíveis exclusões e pertencimentos, bem como identificações e constituições discursivas que contemplem, com uma maior preocupação, as minorias em um espaço de traduções culturais, como relevantes no processo de construção curricular.

Toda tensão constitutiva entre global e local, que transfigura o ideário de uma nação em ilusão - bem como em contrapartida o local sendo colocado em evidência, operando na lógica da pura diferença -, são os elementos que mobilizam nosso olhar sobre a construção da BNCC. Os significantes “Base”, “Nacional” e “Comum” mobilizam produções de sentidos de apoio, resistência e traduções imprevisíveis e lastreadas. A luta pela significação, articulada com novas possibilidades de agência de transformação dos processos de subjetivação diante desta política é o que ao mesmo tempo desestabiliza a execução literal de uma política textualizada e ao mesmo tempo faz desta política um instável espaço de luta.

A relação entre metáfora e metonímia, apresentada por Laclau (2011), nos possibilita compreender que é possível constituir processos de analogias e contiguidades na luta política. Esses conceitos, que são trazidos da linguística, se relacionam com significados de termos enunciados, podendo nos auxiliar na compreensão de certas estabilidades e particularidades ocorrentes nos contextos a serem investigados. A metonímia poderia ser considerada um tipo de “substituição” de termos semanticamente ligados, entretanto referindo-se a um mesmo significado (como uma justaposição de significantes), enquanto a metáfora poderia ser compreendida como uma comparação (mesmo que de maneira oculta) de termos ou de contextos distintos. São processos que não podem ser separados, mas sim interdependentes.

Laclau (2011) discute a flutuação dos significantes como algo fundamental na dinâmica política. É por conta desta perspectiva que entendemos que a flutuação dos significantes “Base”, “Nacional” e “Comum” podem ser compreendidos como metonímias globalizatórias. No entanto, o caráter metonímico nesta política não esgota a aderência do discurso político com outras figuras de linguagem. Aliás a própria narrativa metonímica articula-se em certa medida por si só com outras figuras de linguagem. Laclau (2011) argumenta que os movimentos semânticos vinculados a metonímia são fundamentais para que as metáforas tenham sentido figurativo.

Trata-se de um recurso lingüístico que tem por objetivo designar um elemento por outro através de uma ilusão. Cabe-nos ponderar, neste estudo, se as estratégias discursivas de tomar a parte pelo todo (metáfora) ou referir-se a algo por não algo (metonímia), como são popularmente conhecidas e apresentadas essas figuras de linguagem, seriam compreendidas como formas de negligenciar ou tentar apagar diferenças através de processos articulações hegemônicas, tendo como exemplo a política da BNCC.

Entendemos, em diálogo com Laclau (2011), que a resposta para esta questão tende a ser positiva. Consideramos assim a ideia de nacional como ilusão. O que seria, portanto, uma base nacional e comum? Estes significantes poderiam ser tomados de que forma? Estas indagações nos permitem problematizar os significantes “Base”, “Nacional” e “Comum” como neologismos para uma suposta identidade una. Reiteramos aqui a defesa de que o estancamento permanente do que quer que seja é impossível, no entanto, entendemos que este neologismo se configura na política da BNCC como uma forte estratégia discursiva de apagamento, ou nos termos de Laclau (2011) em diálogo com Gramsci, um forjar de uma noção de desejo coletivo.

Metáforas e metonímias são estratégias lançadas em discursos globalizantes, nacionalizantes. Contudo, a diferença, tal como indica Macedo (2012), é o constitutivo do sujeito e, portanto, é de impossível apagamento. É neste caráter paradoxal - tentar apagar e sufocar o que não se apaga e nem se sufoca, a diferença - que se desenvolvem as políticas, as articulações e os processos hegemônicos.

No entanto, ao mesmo tempo em que lançamos mão da problematização dos processos políticos, colocando luz ao jogo de significações e discursos, entendendo que os efeitos semânticos polifonicamente produzidos são em muitas vezes centrados em figuras de linguagens e em narrativas pouca diretas, entendemos também, em diálogo com Laclau (2011), que por mais que a ideia de globalização - um universal, metonímico e metafórico - seja uma ilusão, é também extremamente necessária.

Quando consideramos os significantes nacional e particular para pensarmos a política curricular, também nos interessa discutir que a demarcação/constituição de algo significado como particular apenas faz sentido se outros particulares existirem, bem como se um constitutivo global existir, mesmo que de forma precária. É isso que torna possível a luta, a política e a relação particular/universal é o caráter intrinsecamente constitutivo que a parte e o todo mutuamente possuem e necessitam para sua constituição.

Pautados nesta argumentação é que buscamos defender a sustentação que, para discutir um dado projeto de identidade nacional, devemos considera-lo não como algo a ser objetificado e materializado, mas como um processo político que não permanecerá fechado, pois a partir de reivindicação de demandas dos grupos e sujeitos políticos em negociação, novas demandas são constantemente produzidas. Não acreditamos que o universal deve deixar de existir, mas uma ideia de pensar uma padronização em caráter nacional é silenciar o processo de produção das diferenças.

A angústia por finitudes concretas é o que mobiliza a luta de minorias identitárias ao mesmo tempo em que fomenta a agressividade de estados nacionais, por exemplo, no movimento de forjar pautas nacionais. No entanto, cabe destacar que a minoria (uma forma angustiada de expressar identidades) só é estabelecida como minoria porque se insere em um todo. De forma paradoxal, o respeito a indivíduos que se identificam como minoritários só é possível dentro de algo universal - o Estado Nação, por exemplo. Laclau (2011), ao discutir a relação entre local, global e identidades, propõe a seguinte reflexão:

“a multiplicação de novas - e não tão novas - identidades em decorrência do colapso dos lugares a partir dos quais sujeitos universais falavam - a explosão de identidades étnicas e nacionais na Europa oriental e nos territórios da antiga União

Soviética, lutas de grupos imigrantes na Europa ocidental, novas formas de protesto multicultural e autoafirmação do Estados Unidos, a que temos que acrescentar uma gama de formas de contestação associadas aos novos movimentos sociais. Surge, portanto, a seguinte questão: essa proliferação deve ser pensada apenas como proliferação – quer dizer, simplesmente em termos de sua multiplicidade? Para colocar o problema em sua forma mais simples: deve-se pensar o particularismo somente enquanto particularismo, apenas a partir da dimensão diferencial que ele afirma? Seria a relação entre universalismo e particularismo apenas relações de exclusão mútua? Ou, se tomarmos a questão pelo ângulo oposto: será que a alternativa entre o objetivismo essencialista e o subjetivismo transcendental esgota o leque de jogos de linguagem que podem ser feitos com o “universal”?” (p.49)

Assim, procuramos defender a ideia que tanto universal quanto particular são efeitos. Estes efeitos se desdobram em pautas identitárias para os dois lados na política em análise – a constituição de uma Base Comum Nacional, e por outro a discussão/sufocamento de questões de gênero e raça, por exemplo. Assumindo a perspectiva de que universalismos e particularismos são efeitos muitas vezes manipulados/operacionalizados a partir de narrativas metonímicas e metafóricas, pode ser interessante pormenorizar a discussão no âmbito da política tensionada através de pautas identitárias.

Este pormenorizar estamos compreendendo, entre outras questões, como refletir diante as demandas reivindicadas e pensar nos sujeitos de forma descentrada e não cartesiana. Posicionar-nos diante uma reflexão desta forma significa assumirmos um afastamento em relação a generalizações analíticas, bem como operar na lógica de tensionar as fronteiras entre esferas e identidades. Um olhar atento para as demandas significa assumir que elas, ao se estabelecerem, mesmo que de forma contingencial, impõem aos sujeitos a necessidade de decisão, de tomar algum partido em um dado momento e é desta forma que a política se desenvolve.

Para não cair em uma aventura autodestrutiva de considerar o particularismo como a única forma de reconhecimento do local (LACLAU, 2011), buscamos problematizar os processos de provisórios estancamentos de sentido presentes na BNCC. Consideramos desta forma, a busca por fixação de significados em torno de uma ideia de nacional e os efeitos dos particulares como o dínamo propulsor desta política. Ao mesmo tempo em que o localismo é efeito, o nacional não é soberanamente estável. O que pode ser produzido são os discursos sobre algo e não uma materialidade dada.

Trata-se de uma desafiante articulação teórica entre discursos em que escolhemos olhar para significantes e efeitos semânticos como forma de perceber uma busca por hegemonia. Laclau (2011) aponta:

“uma vez que o processo político seja visto não apenas como reassertão de uma identidade, mas como sua construção – como na guerra de posições de Gramsci -, a dimensão metonímica não pode ser ignorada. Hegemonia significa passagem de metonímia para a metáfora, de um ponto de partida “contínuo” para sua consolidação na “analogia”. Mas, com isso, estamos muito próximos da relação metáfora/metonímia que Genette encontra no texto de Proust. Traduzindo para uma linguagem política, poderíamos dizer que, porque há narrativa (*Récit*), há estratégia. Porém, como a identidade dos agentes dessa estratégia não é dada de antemão, sempre teremos movimentos estratégicos de curto prazo, não ancorados em qualquer escatologia. Eles operarão exatamente no ponto em que a metáfora e a metonímia se cruzam e limitam seus efeitos mútuos.” (pp. 215 – 216).

Considerações parciais

É possível considerar, levando em conta essas contribuições, que competências pré-determinadas em nível nacional podem constringer a construção do conhecimento enquanto produção discursiva. Uma projeção de totalidade deve ser relativizada e compreendida como fluida, pois não há uma forma única de determinar o social. Os processos de construção de identidades, bem como da política em um ponto de vista hegemônico, devem levar em consideração os processos de significação que envolvem a construção de particularismos e universalismos. Assim, defendemos, com base nos estudos de Laclau (LACLAU, 2011; LACLAU; MOUFFE, 2015) que não é possível pensar, de maneira fixa, os elementos – sejam conteúdos, competências, saberes, etc. – que permeiam o processo de ensino e aprendizagem, porque cada contexto produz sua política de forma contingente. Assim, não criticamos o universalismo com intencionalidade de troca pelo puro particularismo, muito menos compreendendo que um particular é também fixo e pode assumir, de uma vez por todas, o caráter universal da política.

Defendemos que o jogo político é contingencialmente produzido, através da prática e permeado pelos diferentes contextos em que as escolas estão inseridas. Assim, pensar que significantes como “base”, “nacional” e “comum”, bem como toda tradição que eles projetam, seja produtivo para pensar uma política curricular em caráter nacional é a perspectiva que pretendemos nos afastar, como defendida ao longo deste estudo.

Com isso, defendemos que a diferença é um elemento essencial da identidade, não podendo deixar de ser considerada nas políticas curriculares. Não há como negar totalmente um sistema de poder, quando estamos inseridos e em sua dependência. Essa urgência de decidir em um terreno indecidível (LACLAU; MOUFFE, 2015) nos permite pensar a “sociedade como campo discursivo sempre aberto”, fazendo com que “a hegemonia seja pensada como prática articulatória nessa abertura”. (CANDIOTTO; OLIVEIRA, 2016)

Consideramos que sistema de opressão pode ser combatido por meio de um sistema de inversão, que realiza uma nova clausura, ou por meio da negação de sua dimensão universal no mesmo sistema. Ou seja, é possível permanecer no sistema e mesmo assim fazer oposição a ele (LACLAU, 2011, p. 63 e 64). Como a política da BNCC já foi promulgada e tem grande possibilidade de ser posta em prática brevemente, é isso que estamos tentando trazer à discussão com este estudo: uma luta incessante de desconstrução em torno de universalismos compreendidos muitas vezes como fixos e incontestáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson. **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular - 3ª versão revista**. Brasília, 2017.

CANDIOTTO, Cesar; OLIVEIRA, Gelson (orgs). **Vida e liberdade: entre a ética e a política**. Curitiba: Editora PUCPress, 2016.

DERRIDA, Jacques. **Posições**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001.

DERRIDA, Jacques. **A Farmácia de Platão**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2013.

LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista - Por uma política democrática radical**. São Paulo: Editora Intermeios, 2015.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: Editora EdUERJ, 2011.

LOPES, Alice. **Democracia nas políticas de currículo**. *Cadernos de Pesquisa*, v.42, n.147, set./dez. 2012.

MACEDO, Elizabeth. **Currículo e conhecimento: aproximações entre educação e ensino**. *Cadernos Pesquisa*[online], vol.42, n.147, 2012.

MENDONÇA, Daniel de. **O limite da normatividade na teoria política de Ernesto Laclau**. *Lua Nova [online]*, n.91, 2014.

MENDONÇA, Daniel de. **Emancipação e Diferença, de Ernesto Laclau. Resenha de Daniel de Mendonça**. *Revista Estudos Políticos*, ISSN 2177-2851, Número 4 - 2012.

MENDONÇA, Daniel. **A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira**. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 43, n. 3, set-dez, 2007.